



O Jornal diário dos  
Ancepianos  
7 de dezembro - 12 horas

## CONSELHO ESTRATÉGICO DE SUPERVISÃO DA PREVIC ANALISA A SOLVÊNCIA E A LIQUIDEZ DAS ENTIDADES



O Comitê Estratégico de Supervisão (COES), no âmbito da Previc, analisou nesta quinta-feira (6/12) a solvência e a liquidez das entidades fechadas de previdência complementar. O Comitê é composto pelos membros da Diretoria Colegiada e pelo Coordenador Geral de Inteligência e Gestão de Riscos.

Na sessão da manhã, foram apresentados os cenários econômicos interno e externo, com destaque para a influência da taxa de juros, do câmbio e da atividade econômica sobre os investimentos do segmento de previdência complementar, a evolução da composição dos ativos por tipo de plano, a variação dos indicadores de solvência, de risco de crédito e de liquidez, a rentabilidade do segmento comparada a benchmarks de mercado e a projeção do impacto da redução das taxas de juros nas metas atuariais. Também participaram da reunião as equipes técnicas e os supervisores dos escritórios regionais de representação.

O acompanhamento da evolução dos riscos de liquidez e de solvência para entidades mais expostas deu origem a insumos para ações de supervisão. Também foram analisadas as medidas regulatórias recém-editadas e em consulta pública, com destaque para a consolidação das regras de investimento e as minutas de normas de seleção de gestores, transparência e governança. Igualmente, houve a discussão sobre o impacto da [Res. CNPC nº 30/2018](#) nos planos de benefícios.

Na sessão da tarde, com base nos riscos identificados, o COES deliberou ações de mitigação, contemplando desde a elaboração de propostas de natureza regulatória até procedimentos de fiscalização naquelas de maior risco.

A próxima reunião do Comitê ocorrerá no dia 4 de abril de 2019.

O COES busca o aprimoramento do modelo Supervisão Baseada em Risco e faz parte do pilar "Supervisão Prudencial" do [Plano de Ação 2018-2019](#).

### Mário Amigo aponta avanços na IN nº 6

"A recente Instrução Normativa Previc nº 06/2018 deixa claro o objetivo do regulador em buscar consolidação de instruções normativas de investimentos anteriormente publicadas, isso aliado a necessidade de ajustes de procedimentos oriundos da recente publicação da resolução CMN 4661/18", observa o Diretor de Investimentos da Sistel, Sr. Mário Amigo. Em seu entendimento, a construção da atual instrução em capítulos, que em sua maioria abordam tópicos e procedimentos já definidos em instruções anteriores, facilita ao leitor comparar e identificar as alterações definidas pelo regulador.

Também foram abordados tópicos carentes de detalhamento e esclarecimentos ao mercado e que até mesmo pela característica da norma do CMN não foram objeto de descrição na resolução CMN 4661/18, como por exemplo os capítulos VI e VII relacionados a perfil de investimentos e ativo final. acrescenta Mário.

Também foram incrementados itens aos mínimos exigidos para elaboração da política de investimentos, sendo muitos destes já praticados por algumas Entidades e outros que demandarão ajustes para os próximos exercícios, finaliza.

### Treinamento: Ancep promoverá eventos nas próximas duas semanas

A ANCEP prepara-se para encerrar com força total a sua programação de eventos deste ano, com 2 apresentações, uma em Brasília, no dia 10/12, e a outra em São Paulo, em 20/12, de um seminário que vai reunir o melhor dos seminários **EDF-REINF: Instrução Normativa RFB 1767/2017** e **eSocial-Melhores Práticas Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais**.

A apresentação em Brasília na próxima segunda-feira (10) vai contar com a participação do Coordenador Contábil da Previc, Paulo Macedo (foto), que fará uma oportuna exposição sobre a IN 11, aquela que trata da nova planificação contábil, um assunto que se insere nesse momento no centro de nossas agendas.

Separadamente, o seminário **eSocial-Melhores Práticas Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais** está sendo apresentado hoje em RECIFE e 17/12 em FLORIANÓPOLIS – SC.

O novo evento do dia 10, em Brasília, e 20 em São Paulo, vem cercado da confiança que as programações de treinamento da ANCEP inspiram, exatamente por tratar-se de uma Associação de contabilistas de entidades de previdência que atua com a marca da especialização. Os seminários que realiza reúne vários dos maiores especialistas na matéria, todos muito conscientes de que os profissionais buscam uma cada vez maior qualificação.

Confiança que não se alimenta só da qualidade dos quadros profissionais mobilizados pela ANCEP, lembra o Presidente Roque Muniz, mas também da oportunidade dos temas abordados. Afinal, essa está sendo a melhor hora para o esclarecimento das dúvidas que ainda perduram sobre a temática que envolve o EDF-Reinf e a Instrução Normativa 1767 da Receita.

O coração do programa está nas orientações que são fornecidas sobre o mais recente módulo do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) denominado de Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída (EFD-Reinf): Legislação; Vigência: Novo cronograma de Implantação oficial instituído pela Instrução Normativa RFB nº 1767/2017; Retenção de INSS nos Serviços Tomados/Prestados mediante cessão de mão de obra e empreitada; Retenções na Fonte Pagadora (IR-CSLL-COFINS-PIS/PASEP) incidentes sobre os pagamentos diversos efetuados e pessoas físicas e jurídicas.; Eventos de Fechamento e Reabertura da EFD-Reinf e Efeito na DCTF - WEB.

Quanto ao e-social, o evento chega no momento em que os ancepianos mais precisam ser melhor orientados. Os contadores estão recebendo toda a orientação de que precisam em relação ao assunto, em especial objetivos e conceitos envolvidos, legislação, tabelas obrigatórias, prazo de envio, reflexos e benefícios, geração de informações e tudo mais que for necessário saber a respeito. No comando está um dos maiores especialistas, Edgar da Silva Grassi, Diretor de Administração e Segurança da CBS Previdência e conselheiro da ANCEP.

Para se inscrever busque [www.ancep.org.br](http://www.ancep.org.br)

## Governo poderá fundir a Previc com a Susep

A equipe do novo ministro da Economia, Paulo Guedes, informa o **VALOR ECONÔMICO**, pretende fundir a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) como forma de reduzir o tamanho do governo e, dessa forma, diminuir gastos ao impedir sobreposições de funções. Segundo estudos da equipe de transição, também devem se unir as Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e a Escola de Administração Fazendária (Esaf).

A equipe de transição também chegou a considerar a possibilidade de incluir a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) na junção para criar uma "super" agência reguladora da seguridade social. Nos bastidores, se falava até no nome de Solange Paiva, que já foi diretora-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Na avaliação de alguns técnicos na área de previdência, essa proposta seria mais difícil de ser adotada por não haver muitas áreas comuns, conforme técnicos, entre as duas primeiras e a terceira.

Outra medida discutida para reduzir estruturas dentro do governo foi transferir as atribuições da Susep e Previc para o Banco Central (BC). Mas, alguns defendem que a autoridade monetária mantenha o escopo de atuação apenas nas instituições financeiras.

## Novo governo ainda com dúvidas sobre como encaminhar a reforma da Previdência

A possibilidade de aproveitar a proposta de [reforma da Previdência](#) que já tramita no Congresso para aprovar ao menos a criação de uma idade mínima de aposentadoria divide opiniões dentro da equipe de transição, segundo apurou o Estadão/Broadcast. Embora o próprio presidente eleito, [Jair Bolsonaro](#), já tenha sinalizado que pode seguir o conselho do presidente Michel Temer e levar adiante o texto atual, técnicos insistem que o melhor caminho é apresentar uma nova proposta, registram a **AGÊNCIA ESTADO** e o jornal **O ESTADO DE S. PAULO**.

A avaliação no grupo da transição é de que ainda é preciso amadurecer as discussões em torno das três propostas que estão sob análise para então formar um consenso sobre qual será o desenho final da nova reforma. O objetivo é conciliar as medidas com sua aceitação política. Apesar disso, se a equipe detectar que o viável é aprovar a proposta de Temer, esse caminho não está descartado, embora haja resistências.

O ex-ministro da Fazenda e futuro presidente do BNDES, Joaquim Levy, disse na quinta-feira, 6, que o presidente eleito já deu a orientação de que a expectativa é de que a reforma da Previdência seja aprovada no primeiro semestre de 2019. "Não tem razão para não ser assim", afirmou em conversa com jornalistas durante café da manhã no Tribunal de Contas da União (TCU). Integrantes da equipe de Bolsonaro que defendem a apresentação de uma nova proposta, no entanto, classificaram a perspectiva de Levy como "excessivamente otimista".

De acordo com uma fonte, internamente a discussão ainda está "difusa" e cercada de idas e vindas. Um dos poucos consensos é a necessidade de instituir uma idade mínima, que pode ficar em patamares próximos aos propostos na reforma de Temer (62 anos para mulheres e 65 anos para homens).